

PROCESSO - A.I. Nº 000751914-1/95
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - H.C. PNEUS S/A
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PROFAZ
ORIGEM - INFAZ BARREIRAS
INTERNET - 27.08.02

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0316-11/02

EMENTA: ICMS. IMPROCEDÊNCIA DO PROCEDIMENTO FISCAL. Representação proposta com base no art. 119, § 1º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), alterado pela Lei nº 7.753/00, tendo em vista a regularidade da operação. Comprovado que os adquirentes das mercadorias eram consumidores finais não onerados com a antecipação do imposto. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A PROFAZ representa ao CONSEF, com base no artigo nº 119, II, do COTEB (Lei nº 3956/81), alterado pela Lei nº 7753/00. Propondo que seja declarada a IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração em apreço, face ao mesmo reclamar falta de retenção do ICMS na saída de pneus para o Estado da Bahia, destinados a consumidores finais, conforme comprovado no Processo.

Sendo os destinatários consumidores finais, não sujeita a operação a substituição tributária, nos termos do artigo 20, I, “c”, do RICMS/89 vigente à época.

VOTO

Nesta Representação realmente está comprovado nos autos a condição de consumidores finais dos destinatários das mercadorias glosadas, logo, voto pelo ACOLHIMENTO da mesma.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de agosto de 2002.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

MAX RODRIGUEZ MUNIZ – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFAZ